



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Gomes Carneiro nr. 01, - Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610
Telefone: e Fax: @fax_unidade@

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 23110.014098/2022-54

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 23110.014098/2022-54

AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS E A EMPRESA XXXX.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**, com sede na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas/RS, inscrita no CNPJ sob o nº **92.242.080/0001-00**, neste ato representada pela sua Reitora Isabela Fernandes Andrade, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 4057579858-SSP/RS e inscrita no CPF sob o nº 009.253.840-11, residente e domiciliada nesta cidade de Pelotas/RS, nomeada pelo Decreto de 05 de janeiro de 2021, publicado em 06/01/2021 na seção 02 do Diário Oficial da União, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrita no CNPJ nº **XXXX**, CNAE nº **XXXX**, com sede na **XXXX**, no Município de **XXXX/XX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada por **XXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº **XXXX** e do CPF nº **XXXX**, tendo em vista o que consta no Processo nº 23110.014098/2022-54, e o resultado final do Pregão Eletrônico nº 48/2022, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. O contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO**, visando atender às necessidades da Universidade Federal de Pelotas, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no termo de referência e no edital e seus anexos e de acordo com tabela abaixo:

Item	Lote	Quantidade	Unidade	Especificação
1	1	200	m³	BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO COM USO DE BOMBA ESTACIONÁRIA PARA VOLUMES ATÉ 20 M³ (VALOR DE REFERÊNCIA A SER PAGO PELA CONTRATANTE). Obs.: trata-se de valor fixo máximo a ser somado ao valor correspondente ao volume total de concreto solicitado na Ordem de Fornecimento.
2	1	200	m³	BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO COM USO DE BOMBA ESTACIONÁRIA PARA VOLUMES MAIORES QUE 20 M³ (VALOR DE REFERÊNCIA A SER PAGO PELA CONTRATANTE, POR M³ BOMBEADO). Obs.: este valor deverá ser multiplicado pelo volume total de concreto solicitado na Ordem de Fornecimento.
3	1	150	m³	Fornecimento de Concreto Simples Usinado - FCK 25 MPa - Entrega e lançamento. Descarrego ao chão, sem uso de bomba.

4	1	150	m³	Fornecimento de Concreto Simples Usinado - FCK 30 MPa - Entrega e lançamento. Descarrego ao chão, sem uso de bomba.
---	---	-----	----	---

1.2. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição (incluir links necessários, como Pedido/Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX com seus anexos e a proposta da CONTRATADA).

2. DA DISCRIMINAÇÃO DO FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento do(s) material(is) será iniciado pela CONTRATADA conforme data constante no documento AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL a ser emitido pela CONTRATANTE, na figura do fiscal do contrato e com as seguintes características:

2.1.1. CONCRETO USINADO – FORNECIMENTO DE MATERIAL:

2.1.1.1. O volume mínimo a ser solicitado pela contratante não será inferior a 3,0 m³, em cada Autorização de Fornecimento (AF).

2.1.1.2. O Concreto fornecido deverá ser Usinado, com resistências características de FCK 25,0 MPa e FCK 30,0 Mpa, com Slump 10 ± 2 , podendo ser composto por Brita 0 (zero), 1 (um) ou nº 2 (dois), conforme característica da utilização e especificação do projeto.

2.1.1.3. O volume desejado será utilizado principalmente para execução de pisos de concreto simples ou com a adição de fibras estruturais (Polímero Polietileno), conforme característica e necessidade final do uso. O serviço de polimento será de responsabilidade da contratante.

2.1.1.4. O fornecimento compreende desde o transporte à entrega do concreto no local indicado, inclusive a utilização de bombeamento, quando necessário.

2.1.1.4.1. O piso final poderá ser executado, de acordo com a característica da utilização do espaço, em concreto simples, concreto com a adição de fibras (polímeros polietileno) ou ainda com a adição de malha de ferro;

2.1.1.4.2. A malha de ferro e a fibra será fornecida pela contratante;

2.1.1.4.3. O fornecimento de Concreto Usinado será parcelado;

2.1.1.4.4. Cabe à empresa responsável pelo fornecimento do concreto a destinação adequada ao concreto excedente;

2.1.1.4.5. O prazo máximo para programação e mobilizações de entrega do material, objeto do pedido, é de 7 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento Autorização de Fornecimento (AF);

2.1.1.4.6. Corre por conta da contratada qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte inadequado, bem como a destinação para o descarte do concreto excedente;

2.1.1.4.7. Eventuais danos às instalações e/ou equipamentos decorrentes da entrega do material ou da realização do serviço, deverão ser reparados pela contratada sem qualquer contestação;

2.1.1.4.8. A entrega do material, bem como a realização dos serviços serão realizados sob orientação da UFPEL;

2.1.1.4.9. A critério da contratante poderá ser realizado a retirada de amostras para ensaios de resistência do concreto, bem como a solicitação do slump test no momento da entrega do material.

2.1.1.5. O concreto usinado fornecido com resistências diversas é utilizado na construção, manutenção ou reparos de peças estruturais como: lajes, vigas, pilares, blocos de fundações, estacas, sapatas, pisos, pavimentação etc., ou outros usos ocasionais. A utilização por parte da Universidade Federal de Pelotas dependerá exclusivamente da Unidade Técnica requisitante (Superintendência de Infraestrutura) que fornecerá ao setor de programação da empresa contratada as quantidades, especificações técnicas, datas, locais e horário de entrega;

2.1.1.6. Disposição e mistura dos materiais (aglomerante, agregados, água e, quando necessário, aditivos) dosados na usina em suas quantidades ideais para atingir os parâmetros de resistência e plasticidade exigidos por norma da ABNT e atendendo as especificações dos padrões previstos;

2.1.1.7. Antes de proceder à mistura do concreto na obra ou solicitar a entrega do concreto usinado, é necessário verificar as condições operacionais dos equipamentos disponíveis no local de trabalho e sua adequabilidade ao volume de concreto a ser produzido e transportado. A dosagem dos materiais componentes de

cada mistura será feita: - o cimento deve ser medido por número inteiro de sacos, exceto no caso de cimento armazenado e utilizado a granel, - a brita e a areia por pesagem e a água pelo peso ou volume. Na medição desta última deve ser levada em conta a umidade dos agregados, para que seja assegurado o valor da relação água/cimento;

2.1.1.8. Durante o andamento das obras, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir modificações no traço, sem que isto proporcione à CONTRATADA direito a reivindicações sobre preços ou prazo de execução da obra. As quantidades de brita e areia devem ser determinadas a peso, sendo que a água será medida em peso ou volume. Na dosagem da água de amassamento, deve ser levada em conta a umidade dos agregados inertes, principalmente a da areia, que deve ser determinada por meio de speedy moisture tester, ou outros métodos expeditos usuais. Os traços devem ser determinados por dosagem racional ou experimental devendo, no entanto, ser respeitados, para cada classe, os valores máximos da relação água/cimento definido em projeto;

2.1.1.9. A brita deve ser constituída por fragmentos de rocha limpos, duros, densos, duráveis e isentos de partículas de argila ou outro revestimento que os isolem do ligante;

2.1.1.10. A brita não deve ser reativa com as álcalis do ligante. Deve ser rejeitada toda a brita que não satisfaça as condições a seguir indicadas:

2.1.1.10.1. A água destinada ao amassamento do concreto deve ser límpida e isenta de teores prejudiciais de sais, ácidos, álcalis e substâncias orgânicas. A CONTRATADA deve proceder a uma pesquisa sistemática da qualidade das águas utilizáveis para o preparo do concreto no canteiro, de modo a estar seguro de que, em qualquer tempo, elas terão características não nocivas à qualidade do concreto;

2.1.1.10.2. O cimento deve obedecer às características constantes na NBR 5736/91 da ABNT, e será empregado em todas as obras de concreto. Para cada uma das estruturas deve ser utilizado um único tipo de cimento;

2.1.1.10.3. Serão executados ensaios de qualidade do cimento, de acordo com os métodos da NBR 5736/91 ABNT, no laboratório existente no campo ou em qualquer outro, se a FISCALIZAÇÃO o exigir, correndo por conta da CONTRATADA as despesas daí originadas;

2.1.1.10.4. Sempre que houver dúvida sobre a qualidade do cimento, seja por efeito de longo e inadequado armazenamento, seja por deficiência qualitativa do material, a FISCALIZAÇÃO deve exigir a realização de ensaios descritos na NBR 12654-1992 Concreto Executado. Caso haja dúvidas sobre a qualidade do concreto de estrutura já pronto, deve ser exigida pela FISCALIZAÇÃO a realização de ensaios na própria peça executada, ou através da extração de corpos de prova;

2.1.1.10.5. Os recipientes de transporte devem ser tais que assegurem um mínimo tempo de transporte. O equipamento para transporte do concreto deve ser do tipo que não possibilite a segregação dos agregados, perda da água de amassamento ou variação da trabalhabilidade da mistura, entre a saída da betoneira e a chegada ao local da concretagem;

2.1.1.10.6. Transporte do material em caminhão "betoneira" da usina até o local de aplicação, respeitando-se os limites de tempo de pega até a descarga na obra; bem como, entrega em um único local;

2.1.1.10.7. O concreto deverá ser entregue nos locais designados pela Unidade Requisitante com tempo hábil para aplicação;

2.1.1.10.8. Corre por conta da Contratada qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte;

2.1.1.11. O concreto deverá ser entregue, sem ônus, nos endereços indicados na Autorização de Fornecimento, nos dias e horários a serem definidos, dentro do prazo de até 07 (sete) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, estando sujeitos a conferência e aceite pelo Gestor da Ata.

2.1.1.12. O concreto estará sujeito à conferência e aceite pelo fiscal e/ou servidor responsável e estando em desconformidade com as especificações contidas no Termo de Referência, serão rejeitados no ato da entrega pelo mesmo, devendo a empresa sanar o problema ou substituir o produto no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a partir do contato feito a empresa ganhadora do certame. Cabendo o ônus do envio e devolução dos mesmos a licitante vencedora.

2.1.1.13. Caso a entrega do concreto não possa ser realizada no prazo previsto, a CONTRATADA deverá fornecer documento justificativo em até 24 horas para análise da unidade solicitante que tomará as providências necessárias para adequação do fornecimento.

- a. Quanto à resistência o concreto usinado deve apresentar as seguintes resistências $FCK = 25 \text{ Mpa} = 250 \text{ kgf/cm}^2$ e $FCK = 30 \text{ Mpa} = 300 \text{ kgf/cm}^2$ (resistência 28 dias);
- b. Disposição e mistura dos materiais (aglomerante, agregados, água e, quando necessário, aditivos) dosados na usina em suas quantidades ideais para atingir os parâmetros de resistência e plasticidade exigidos por norma e atendendo as especificações padrões;
- c. O transporte do material em caminhão "betoneira" da usina até o local de aplicação, respeitando-se os limites de tempo de pega até a descarga na obra; bem como, entrega em um único local;
- d. O tempo de aplicação contado a partir do momento da dosagem do concreto na usina, até o final da aplicação no local de entrega, não poderá ser superior a 02h30m;
- e. Por motivos técnicos, a adição de água ao concreto usinado após a sua dosagem, somente será permitida mediante autorização por escrito do responsável técnico designado pela Superintendência de Infraestrutura;
- f. A unidade de medida a ser utilizada será a de metros cúbicos (m^3) e a remessa mínima será de 3 m^3 (três metros cúbicos);
- g. Deveram ser observadas as normas da ABNT, em especial as, NBR 7212/2012 (Execução de 30/40 Concreto Dosado em Central), 12655/2006 (Concreto – Preparo, Controle e Recebimento), 5738/2003, 6118/2007, 15823/2010 e 15900/2009.

3. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

3.1. A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1. Os materiais tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.2. Esteja formalmente demonstrado que o fornecimento dos materiais tem natureza continuada;
- 3.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os materiais tenham sido fornecidos regularmente;
- 3.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no fornecimento dos materiais;
- 3.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 3.1.6. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- 3.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual;

3.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3.3.1. A CONTRATADA receberá uma notificação para manifestar-se a cerca de seu interesse na prorrogação contratual e deverá responder em até 10 (dez) dias do recebimento do documento;

3.3.2. Caso a CONTRATADA não cumpra o compromisso assumido de prorrogar o contrato, fica esta sujeita às sanções previstas neste Termo de Contrato e na Lei 8.666/93.

3.3.2.1. A sanção prevista acima não será aplicada caso a empresa aceite prorrogar o contrato até que seja homologada uma nova licitação.

4. DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor total estimativo da contratação é de R\$ _____ (valor por extenso). O valor é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos dos materiais efetivamente adquiridos;

4.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO COM USO DE BOMBA ESTACIONÁRIA PARA VOLUMES ATÉ 20 M ³ (VALOR DE REFERÊNCIA A SER PAGO PELA CONTRATANTE). Obs.: trata-se de valor fixo máximo a ser somado ao valor correspondente ao volume total de concreto solicitado na Ordem de Fornecimento.	200 M ³	XX	XX

02	BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO COM USO DE BOMBA ESTACIONÁRIA PARA VOLUMES MAIORES QUE 20 M³ (VALOR DE REFERÊNCIA A SER PAGO PELA CONTRATANTE, POR M³ BOMBEADO). Obs.: este valor deverá ser multiplicado pelo volume total de concreto solicitado na Ordem de Fornecimento.	200 M³	XX	XX
03	Fornecimento de Concreto Simples Usinado - FCK 25 MPa ? Entrega e lançamento. Descarrego ao chão, sem uso de bomba.	150 M³	XX	XX
04	Fornecimento de Concreto Simples Usinado - FCK 30 MPa ? Entrega e lançamento. Descarrego ao chão, sem uso de bomba.	150 M³	XX	XX
		TOTAL:	XX	XX

4.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 154144

Fonte: 8100000000 - RECURSOS ORDINARIOS

Programa de Trabalho: 170277 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO RS

Elemento de Despesa: 339030 - MATERIAL DE CONSUMO

PI: MINFRQ0100N - INFRA ESTRUTURA - DESPESAS DIVERSAS

Nota de Empenho: XXXXXX

4.3. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos itens, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso do fornecimento dos itens, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento dos itens, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Contrato;

5.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o fornecimento dos itens;

5.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos materiais entregues, após seu recebimento;

5.7. Arquivar, entre outros documentos, quando for o caso, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Fornecer os itens conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento dos itens;

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Contrato, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto licitado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- 6.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do material;
- 6.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local do fornecimento do material, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 6.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.9. Promover a organização técnica e administrativa dos fornecimento, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência no prazo determinado;
- 6.10. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;
- 6.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93;
- 6.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 6.16. Fornecer o(s) material(is) dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. É vedada a subcontratação do objeto deste contrato.

8. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 8.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das seguintes modalidades:

- 8.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- 8.1.2. Seguro-garantia; ou
- 8.1.3. Fiança bancária.

- 8.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato;

- 8.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);
- 8.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

- 8.3. Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista no § 2º do artigo 48 da Lei 8.666/93;

- 8.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual e deverá ser renovada em caso prorrogação contratual;

- 8.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 8.5.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 8.5.2. prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 8.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
 - 8.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.
- 8.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;
- 8.7. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal mediante depósito identificando o crédito em nome da Fundação Universidade Federal de Pelotas, com correção monetária;
- 8.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 8.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 8.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;
- 8.11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;
- 8.12. Após três meses do fim da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE;
- 8.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- 8.14. Será considerada extinta a garantia:
- 8.14.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 8.14.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados em portaria específica, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;
- 9.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto;
- 9.3. A verificação da adequação do fornecimento dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;
- 9.4. A conformidade do material entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;
- 9.5. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/93;
- 9.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93;

9.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

9.8. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento sempre que a CONTRATADA deixar de utilizar materiais previstos ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais fornecidos, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

9.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade dos materiais entregues;

9.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade dos materiais entregues;

9.12. Na hipótese de ~~comportamento contínuo de~~ desconformidade dos materiais entregues em relação à qualidade exigida devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

9.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/93.

9.14. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

9.15. A fiscalização da entrega dos materiais abrange, ainda, as seguintes rotinas, referentes aos ensaios:

9.15.1. Sempre que exigido, deverá ser verificado o “SLUMP” (abatimento) do concreto usinado na obra, a ser realizado no ato da entrega do concreto e em conformidade com a norma da ABNT;

9.15.2. Sempre que exigido pelo responsável da obra, a contratada deverá colher “corpos de prova” antes e durante a concretagem e providenciar às suas expensas a realização de ensaios laboratoriais de resistência à compressão aos 7 (sete) e 28 (vinte e oito) dias corridos, os quais deverão ser entregues à Fiscalização da Superintendência de Infraestrutura, tão logo da obtenção dos resultados;

9.15.3. Sempre que exigido, a contratada deverá apresentar atestados de ensaios laboratoriais atualizados (prazo não superior a 30 dias dos materiais componentes do concreto (cimento, pedra e areia) em conformidade com as normas da ABNT.

10. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. O recebimento provisório será realizado no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização da CONTRATANTE, da seguinte forma:

10.1.1. Realização de inspeção minuciosa de todos os materiais fornecidos, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela aquisição, com a finalidade de verificar a adequação dos materiais e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

10.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada fornecimento, o fiscal técnico do contrato irá apurar a quantidade e qualidade dos materiais entregues em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA;

10.1.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

10.1.2. Comunicação à CONTRATADA para que seja emitida nova Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, se for o caso.

10.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste de recebimento dos materiais, será realizado pelo fiscal técnico e/ou administrativo no prazo de até **30 (trinta) dias** a partir do recebimento da Nota Fiscal / Fatura e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, quando for o caso, apresentados pela CONTRATADA, obedecendo as seguintes diretrizes:

10.2.1. Realizar a análise da Nota Fiscal / Fatura e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista apresentados pela CONTRATADA. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

10.2.2. Emitir o documento Ateste de Nota Fiscal para efeito de recebimento definitivo dos materiais, com base nas documentações apresentadas.

10.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.4. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

10.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes d incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

11. DO PAGAMENTO

11.1. A nota fiscal / fatura será emitida pela CONTRATADA ao final de cada mês contendo os dados bancários para pagamento (banco, número da agência e da conta corrente) e a descrição dos materiais fornecidos.

11.1.1. O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou do Cadastro de Pessoa Física - CPF informado na Nota Fiscal / Fatura e na conta corrente deve ser o mesmo da CONTRATADA.

11.1.2. Os seguintes documentos devem ser apresentados pela CONTRATADA à fiscalização do contrato juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura:

11.1.2.1. Relatório dos materiais fornecidos, através de planilha detalhada contendo memória de cálculo, quando couber;

11.1.2.2. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, constatada por meio de consulta online ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei 8.666/93.

11.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS nº 42/2009.

11.2. A CONTRATANTE, representada pelo fiscal do contrato, terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de apresentação da nota fiscal, acompanhada dos demais documentos obrigatórios, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais relatado pela CONTRATADA.

11.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios e do cumprimento das obrigações da CONTRATADA, será de até **30 (trinta) dias**, contados da data do ateste da Nota Fiscal ou Fatura;

11.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal / Fatura ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.4. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta online ao SICAF, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;

11.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade fiscal e/ou trabalhista da CONTRATADA, serão adotadas as providências previstas no artigo 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA.

11.6.1. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

11.8.1. Caso haja atraso no pagamento, a CONTRATADA deverá solicitar o pagamento de encargos moratórios.

12. DO REAJUSTE

12.1. Será admitido o reajuste do valor dos produtos, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data da apresentação da proposta da CONTRATADA para o primeiro reajuste ou da data da último reajuste para os subsequentes;

12.2. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para o presente fornecimento, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com o material contratado.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei 8.666/93;

13.2. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As penalidades contratuais são as previstas na Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto 10.024/2019 e demais normas cogentes.

14.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei 8.666/93 o licitante/adjudicatário/contratado que:

- 14.2.1. não assinar a ata de registro de preços, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 14.2.2. apresentar documentação falsa;
- 14.2.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 14.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.2.5. não manter a proposta;
- 14.2.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.2.7. cometer fraude fiscal;
- 14.2.8. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.2.9. fraudar na execução do contrato.

14.3. A CONTRATADA incorrerá em atraso na entrega do objeto material, se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 2.1.1.11 deste contrato.

14.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.4.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

14.4.2. **Multa** compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação. Estabelece-se abaixo os percentuais de Multa para os seguintes fatos geradores:

14.4.2.1. 5% (cinco por cento) para atraso no fornecimento dos materiais por período de até 09 (nove) dias;

14.4.2.2. 10% (dez por cento) para atraso no fornecimento dos materiais por período de 10 (dez) a 14 (quatorze) dias;

14.4.2.3. 20% (vinte por cento) a partir do 15º (décimo quinto) dia de atraso.

14.4.2.3.1. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.4.2.3.2. O atraso superior a 20 (vinte) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

14.4.3. **Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Pelotas, pelo prazo de até dois anos;

14.4.4. **Impedimento** de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

14.4.5. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

14.5. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas;

14.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa;

14.7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas nos subitens anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.7.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei 8.666/93, e subsidiariamente na Lei 9.784/99;

14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

14.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

14.10.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

14.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade

competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.15. Os créditos da UFPel, de qualquer natureza, não pagos nos prazos previstos na legislação, serão acrescidos de multa de mora, cuja taxa será de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso, até o limite de vinte por cento, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento até o dia em que ocorrer o seu pagamento e acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento, conforme disposto no artigo 37A da Lei 10.522/2002 e art. 61 da Lei 9.430/1996.

14.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.17. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. **DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS**

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784/99, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16. **DA RESCISÃO**

16.1. São motivos para a rescisão do presente Termo de Contrato, nos termos do artigo. 78 da Lei 8.666/93:

16.1.1. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

16.1.2. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

16.1.3. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

16.1.4. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

16.1.5. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

16.1.6. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

16.1.7. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

16.1.8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei 8.666/93;

16.1.9. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

16.1.10. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

16.1.11. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

16.1.12. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

16.1.13. a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

16.1.14. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas

e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

16.1.15. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

16.1.16. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

16.1.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

16.1.18. o descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

16.3. A rescisão deste Termo de Contrato poderá ser:

16.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens 16.1.1 a 16.1.12 e 16.1.17 desta cláusula;

16.3.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

16.3.3. judicial, nos termos da legislação.

16.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, bem como:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

16.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 16.1.12 a 16.1.17 desta cláusula, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

16.5.1. devolução da garantia;

16.5.2. pagamentos devidos pelos fornecimentos do contrato até a data da rescisão;

16.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

17. DAS VEDAÇÕES E DAS PERMISSÕES

17.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos materiais sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

17.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

17.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de Termo Aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

17.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/MP nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, na Lei 10.520/02 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. **DA PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei 8.666/93.

20. **DO FORO**

20.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Pelotas - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes e as testemunhas a seguir firmam o presente Termo de Contrato na forma eletrônica, para um só efeito.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DA SILVA CAMPELO, Assistente em Administração**, em 15/07/2022, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1783088** e o código CRC **2413A45B**.